

**Assessoria Técnica da Comissão de Cultura**

**Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro** **– ALERJ**

**Relatório do Encontro com Trabalhadores da Cultura na Região Serrana**

**24 de maio de 2019**

**Compuseram a mesa:** Deputado Estadual **Eliomar Coelho** – presidente da Comissão de Cultura da ALERJ; **Thiago Mello** **–** Comissão de Cultura e Sociedade da OAB-Nova Friburgo; **Felipe Gonçalves –** Fórum Serrano de Cultura; **Matheus de Arruda –** Assessor de Cultura da Prefeitura Municipal de Cantagalo; **Maria Catarina Fontes –** Produtora cultural/Município de Macuco e **Fred Kropf –** Assessor do Deputado Federal Luiz Lima.

**Presentes do poder público e da sociedade civil[[1]](#footnote-2): Wanderson Nogueira –** ex-deputado estadual**; Marcos Rosa** **–** Assessor do Deputado Estadual Alexandre Knoploch (vice-presidente da Comissão de Cultura da ALERJ); **Nívea Dutra –**  Assessora do Deputado Estadual Sérgio Louback; **Adalto Lomba** **–** Assessor do Deputado Federal Luiz Lima; **Pierre da S. Moraes (Professor Pierre)** **–** Vereador e membro da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal de Nova Friburgo; **Carlos Alberto da Silva Oliveira (Tico)** **–** Vereador/Câmara Municipal de Macuco; **Guilherme Spitz** **–** Prefeitura Municipal de Nova Friburgo; **Marcos Marins** **–** Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Nova Friburgo; **Maria Tereza P. de Carvalho** **–** Departamento de Cultura/Prefeitura Municipal de Macuco; **Guilherme Peçanha** **–** Prefeitura Municipal de Macuco; **Solange Paulino** **–** Chefe do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia de São José do Vale do Rio Preto; **Mateus B. da Silva –** Voluntário da Cultura/São José do Vale do Rio Preto; **Luiz Carlos da Costa F. Neto** **–** Chefe da Divisão de Eventos Culturais da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Duas Barras; **Cléo Jordão** **–** Secretária Municipal de Cultura de Teresópolis; **Aline Quintão** **–** Setor de Projetos da Secretaria Municipal de Cultura de Teresópolis; **Girlan Guilland –** Assessor da Secretaria Municipal de Cultura de Nova Friburgo; **Jorge Ayer** **–** Presidente do Conselho Municipal de Cultura/Nova Friburgo; **Heitor Barcelos** **–** Conselho Municipal de Cultura/Nova Friburgo **Elisangela de Paiva** **–**  Jornal O Macuco/Macuco; **Pablo Freitas** **–** Professor/Macuco; **João da Rocha F. Silva** **–** Professor e Mestre de Folia de Reis/Macuco; **Scheila Santiago –**  Jornalista/Site CulturaNF/Nova Friburgo; **Rafael Barbosa** **–** Jornalista/Nova Friburgo; **Márcia Drummond de Melo Contreiras** **–** Tramando Arte/Nova Friburgo; **Luiz Domingos** **–** Centro de Artes Lumiar/Nova Friburgo; **Tiago Dumard** **–** Projeto Cultural Atitude **–** PROCAT/Teresópolis; **Cléria Frotti** **–** Grupo Swissando/Nova Friburgo; **Luiz Fernando A. Oliveira** **–** Cadima Shopping/Nova Friburgo.

**Objetivos, pauta e assuntos abordados**:

1. **Abertura da reunião**: Conforme o informado pelo presidente da Comissão de Cultura da ALERJ, Deputado Estadual Eliomar Coelho, o objetivo principal deste segundo, de uma série de encontros regionais, é ouvir de perto as demandas, as necessidades e as propostas para a promoção dos direitos culturais na região e que beneficiem as cerca de 900.000 (novecentas mil) pessoas que vivem nos 16 (dezesseis) municípios que a compõem. A Comissão de Cultura entende como de suma importância a interiorização das políticas e dos investimentos culturais. A Região Serrana é marcante no imaginário social do Estado por suas belezas naturais, pelo Turismo em um casamento com o Patrimônio Cultural e Ambiental, e também pela gastronomia e produção agrícola, contemplando desde a agricultura familiar, os orgânicos e até os grandes produtores. São traços que dão muitas potencialidades à Região. Mas não podemos pensar que não existem problemas. Por isso, a função de um encontro como esse é, uma vez ouvindo as demandas, identificar de que formas a Comissão pode ajudar: 1 **–** Quais demandas requerem elaboração legislativa; 2 **–** Quais demandas requerem mediação entre a sociedade civil e o poder público estadual, assim como em outros níveis. Segundo o presidente, a Comissão tem esse papel fundamental de ser um elo entre a sociedade civil, a ALERJ e o Poder Executivo: um canal de escuta, mediação e elaboração.

Outro assunto que fez a Comissão realizar esses encontros é o de fortalecer o Sistema Estadual de Cultura **–** SIEC, conforme a Lei nº 035/2015, e o pleno funcionamento do Conselho Estadual de Política Cultural **–** atualmente em vacância **–**, a regulamentação do Fundo Estadual de Cultura, o cumprimento das diretrizes, estratégias e metas do Plano Estadual de Cultura e a estruturação/formalização dos fóruns regionais.

2.Após a abertura, o presidente fez uma saudação especial ao Jubileu de Diamante – 60 anos dos Jogos Florais de Nova Friburgo que é também chamada de “Cidade da Mesa” e a Sociedade da OAB, Nova Friburgo, anfitriã do encontro. Após essas homenagens, compôs a mesa e passou a palavra aos membros da mesma e aos demais participantes, os quais, resumidamente, abordaram os seguintes assuntos[[2]](#footnote-3):

* **Dimensão Econômica da Cultura**: uma das principais questões que a área cultural enfrenta no setor público são as restrições orçamentárias, quase sempre representando um percentual muito baixo do orçamento, ou muitas vezes inexistente (ou reservado para eventos, sem passar necessariamente pelos gestores culturais municipais/estaduais). Enquanto os dirigentes não se convencerem que a Cultura não é despesa, e sim investimento, esse quadro não irá se alterar. Diversos especialistas afirmam que para cada R$ 1,00 (um real) investido no setor cultural o retorno é de R$ 1,50 (um real e cinquenta centavos). Além do mais, a cultura consegue vender os outros produtos, assim como as cidades. Por exemplo: ninguém visita um lugar pelas suas fábricas de cimento. Dessa forma, é preciso fazer as devidas conexões entre a Cultura e o desenvolvimento local e garantir os investimentos no setor como parte do planejamento das gestões públicas, considerando um setor tão importante quanto outros. Tem sido também aventado que as chamadas indústrias culturais e/ou de economia criativa (ampliando um pouco o escopo daquilo que consideramos estritamente cultural) mostram-se superiores do que setores considerados tradicionais, sobretudo em tempos de crises e de mudanças de modelos de negócios e do mercado de trabalho.
* **Dimensão Simbólica da Cultura**: É preciso frisar que a cultura é um vetor de desenvolvimento (e pensar que o financiamento ao setor é investimento, e não despesa), mas sem perder de vista que a produção simbólica é a principal dimensão da área cultural. A cultura é gente se expressando, é o espaço de experimentação, de criação e de pensamento crítico. Daí ser muitas vezes um setor tão desprestigiado pelos governos. Se o fator econômico é importante, as pessoas se reconhecem enquanto grupo e na sociedade pelos aspectos culturais e os financiamentos e políticas para o setor devem levar em conta o simbólico e o resgate da história e da ancestralidade das regiões. Nova Friburgo, por exemplo, é apresentada como a “Suíça Brasileira”, mas a comunidade negra é a maioria da população e é invisibilizada. Se a história registra a colonização suíça, existiu também a produção do café, o que à época se produzia com mão de obra de negros escravizados. Se não tocarmos nesse aspecto histórico-cultural, a diversidade não é representada e diversas comunidades na região são marginalizadas. Outros fatores da dimensão simbólica na região: 1 **–** O movimento das bandas musicais, tendo como símbolo a **Sociedade Musical Euterpe Friburguense**, que vem funcionando há 156 anos, sem interrupção, sendo provavelmente a mais antiga do Brasil; 2 **–** Os grupos de trovadores, conforme registrado pelo deputado estadual Eliomar Coelho no início da reunião. O ex-deputado estadual e friburguense Wanderson Nogueira informou que apresentou o **PROJETO DE LEI Nº 2820/2017[[3]](#footnote-4)** que**:** **DECLARA O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO COMO CIDADE DAS TROVAS,** sendoqueo mesmo foi arquivado em função da não reeleição do autor e desarquivado pelo Deputado Estadual Eliomar Coelho, assim como outros da mesma autoria; 3 **–** Nova Friburgo tem o **Teatro Municipal Laércio Rangel Ventura**, sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura e que tem 564 lugares. Segundo alguns relatos, é subutilizado **–** nenhuma produção consegue manter temporadas nele; 4 **–** É preciso, não só em relação ao citado teatro, estimular a **circulação da produção cultural da região**, o que não significa programar produções “de fora”, da Capital, mas estimulando as produções regionais; 5 **–** É importante fazer o mapeamento dessas produções regionais, assim como dos saberes e fazeres que constituem o patrimônio imaterial e as manifestações das culturas populares, como as Folias de Reis (ver tópico específico no presente relatório); 6 **– Casa de Euclides da Cunha[[4]](#footnote-5)**, em Cantagalo: É um próprio estadual, de responsabilidade da Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro **–** FUNARJ e que está citado ao município. A casa se encontra fechada, tendo apenas um funcionário (porteiro). Existe um termo de cessão do Estado para o município, mas está fora do prazo de vigência. **O pleito municipal é o de doação da casa para o município para que possa administrar. Já foi feita solicitação há mais de 40 dias, mas foi informado que não houve retorno**.
* **Dimensão Cidadã da Cultura**: A cultura é um elemento essencial para recuperação de cidades que sofreram calamidades e tragédias, como a ocorrida da Região Serrana em 2011. Com o fortalecimento das identidades, é que se conseguiu recuperar e reconstruir, combinando as dimensões simbólica e cidadã da cultura. Foram citados também outros casos de cidadania cultural, como as chamadas Parques Bibliotecas, surgidas em 2004 no contexto de violência urbana em Medellín, na Colômbia, e que inspiraram no Rio de Janeiro as Bibliotecas Parque. Assim como foi lembrado que são requeridas, por diversas comunidades, que as ações do Estado nestas não sejam apenas de Segurança Pública, mas de educação e de cidadania cultural. Outro exemplo citado vem de Nova York nos anos 1980, também em um contexto de violência, quando a política cultural implantada foi a de mapeamento dos territórios em conflito e do perfil populacional. A partir daí, foram programadas ações culturais nos horários críticos (21h às 3h), o que trouxe bons resultados.
* Realização de **parcerias entre as comissões de cultura** federal, estadual e as municipais da região.
* Da importância desse encontro: segundo a memória dos presentes, é a primeira vez que a Comissão de Cultura vem à região.
* **Falta de mão de obra técnica para a preservação do Patrimônio Cultural** na região: em Cantagalo, o coreto da praça principal do município precisa de restauro. De 1929, o coreto é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural **–** INEPAC. Como não está sendo possível fazê-lo, solicitam mediação junto ao órgão para ver como solucionar a questão.
* Necessidade de **qualificação técnica para agentes e gestores culturais**, inclusive para garantir o disposto na Lei 7035/2015, que apregoa que no âmbito do Sistema Estadual de Cultura seja obedecida a proporção de, no mínimo, 60% dos investimentos culturais serem feitos no conjunto de municípios do Estado, contra o máximo de 40% para a Capital. Para isso, é preciso que a comunidade cultural das regiões tenha ferramentas para a elaboração, a captação, a produção e a execução de projetos culturais. Além do financiamento via mecanismos públicos de incentivo à cultura, a qualificação contribui também com a criação e oferta de produtos e eventos culturais que atendam ao mercado. Estes, mais voltados para a chamada indústria cultural, assim como aqueles mais voltados para a dimensão simbólica, corroboram para o desenvolvimento cultural, social e econômico da região. **Existe a demanda de criação de escolas técnicas e públicas de artes e cultura na região**.
* Foi muito pontuada a **ausência do governo estadual na região**, assim como a **inexistência de equipamentos públicos de cultura** na Serra e demais regiões do interior, e a concentração dos mesmos na Capital do Estado, quadro que precisa ser revertido.
* **Folias de Reis**: uma manifestação cultural com forte presença na região, onde se realizam alguns dos festivais mais importantes, mas com pouco ou nenhum apoio no nível estadual[[5]](#footnote-6). Os festivais atraem público, geram renda e circulação intermunicipal e interestadual de foliões e turistas, mas não são percebidos esforços para o estímulo de circuitos turísticos-culturais que se sintonizem com essas manifestações. As prefeituras, muitas vezes, se limitam à viabilização da estrutura de evento (palco, som, luz etc.), e, no máximo, com transportes. Mas as atividades das folias não se limitam ao Ciclo Natalino (24 de dezembro a 06 de janeiro, ou estendendo-se a 20 de janeiro). Acontecem o ano todo, assim como são necessárias manutenção de bandeiras, fardas, instrumentos etc. Já existiram projetos[[6]](#footnote-7) que garantiram uma ajuda de custo mínima para cada folia (em torno de R$ 1.800,00 — (mil e oitocentos reais), mas não teve continuidade e não é essa a realidade de apoio. Quando acontece alguma ajuda, é bem pequena, da ordem de R$ 200,00 (duzentos reais) a R$ 400,00 (quatrocentos reais), quando o custo mínimo de uma festa de encerramento do ciclo, por exemplo, é em torno de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Por outro lado, foi também chamada a atenção para que não sejam planejadas políticas para as folias e manifestações, tendo apenas em foco essa dimensão da economia criativa, de eventos. É muito importante destacar que essas ações são necessárias para preservação, salvaguarda, e transmissão de saberes entre as gerações, assim como os mecanismos de apoio deveriam ser adaptados a lógicas próprias das manifestações, e não o contrário, como veremos no próximo tópico.
* **Financiamento e estrutura para as culturas populares**: as Folias de Reis, assim como os Jogos Florais e outras manifestações que existem na região, na maioria das vezes são viabilizadas por esforço e recursos próprios dos seus membros. Isso se dá através de mecanismos diversos (mensalidades, caixinhas, rifas, livros de ouro etc.). Após muitas tentativas, alguns grupos acabam desanimando e se extinguem. Mas sendo essas manifestações reconhecidas pela sociedade civil, pelos órgãos públicos e instituições de patrimônio cultural, precisam ter reconhecidos os seus direitos culturais e garantida a sua viabilização. Mas como colocar as folias e outras manifestações das culturas populares para concorrer em editais, por exemplo, quando alguns mestres ou brincantes, sobretudo os mais idosos, têm pouca educação formal e/ou não têm acesso às tecnologias digitais e à linguagem técnica específica para esses mecanismos? Foi lembrado que o Ministério da Cultura já fez **editais mais acessíveis (desde as inscrições) para as manifestações das culturas populares e de comunidades tradicionais**, uma prática que poderia ser retomada, assim como a qualificação técnica de gestores e agentes culturais, como já mencionado e que poderiam, em contrapartida, colaborarem com os grupos populares. Também nesse aspecto, tanto a SECEC como os municípios poderiam verificar meios para contribuir com a organização, principalmente a legalização desses grupos e suas ligas, permitindo que participem de editais ou recebam financiamentos diretos. Outro ponto é a retomada do **Programa Cultura Viva,** promovendo editais para os Pontos de Cultura, possibilitando a participação de entidades de base comunitária e que contribuam para o desenvolvimento dessas e de outras manifestações.
* Mapeamentos regionais e o **Sistema Nacional de Indicadores Culturais** — **SNIIC**: quando da criação do Sistema Nacional de Cultura-SNC[[7]](#footnote-8) e do Plano Nacional de Cultura-PNC[[8]](#footnote-9) foi previsto, e iniciado também, a criação do SNIIC, como uma plataforma para fazer um mapeamento ampliado e nacional, incluindo os estados, as regiões, os municípios e as linguagens, mas não tendo sido efetivados. Todos esses são mecanismos de Estado, previstos em lei, e não deveriam ser descontinuados por terem sido iniciativa de uma gestão específica. É necessário que a Comissão, ao discutir o Sistema Estadual de Cultura, atente para esses componentes federais. Também foi pontuado a falta de **registro de atividades e debates sobre ações e políticas culturais**, seja por *sites* oficiais e/ou páginas em redes sociais que saem do ar ao término de determinada gestão ou programa. É necessário criar um mecanismo de documentação do que já aconteceu, para otimizar decisões e novas elaborações. Um registro da política pública que não pode ser descontinuada quando das mudanças de gestão.
* A necessidade do **Conselho Estadual de Política Cultural** — CEPC ser reestruturado com novas eleições / regionais. É preciso que a SECEC divulgue e efetive um calendário com esse fim.
* Criação de uma **cadeira permanente de Museologia no CEPC**: foi lido e entregue uma carta dos representantes regionais do Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro — SIM-RJ — Comissão Consultiva Biênio 2018-2020, solicitando o encaminhamento pela Comissão do pleito aprovado na plenária geral da IV Conferência Estadual de Cultura[[9]](#footnote-10).
* Divulgar os **fóruns regionais** no site da SECEC e também nos meios de divulgação da Comissão: observando as 10 (dez) regiões do Estado reconhecidas pela SECEC, quantos conselhos estão em funcionamento? Quais os seus formatos? Como são escolhidos os seus representantes legais? Quais os seus contatos? Outro aspecto é regulamentar a Lei 7035/2015 quanto a esses instrumentos, uma vez que a mesma os prevê.
* **Fundo Estadual de Cultura**: foi reforçada a necessidade de regulamentação pela SECEC e efetivação desse instrumento, considerado fundamental para as regiões do interior do Estado, por ser mais democrático e inclusivo, e, sobretudo, pela **Lei Estadual de Incentivo à Cultura -**— **Lei do ICMS** ser considerada como um gargalo e inacessível aos pequenos e/ou produtores independentes dos municípios. As pequenas e médias empresas[[10]](#footnote-11) situadas nas diversas regiões do RJ não têm o hábito de utilizar a Lei, e as grandes preferem investir nos grandes produtos culturais com visibilidade[[11]](#footnote-12). Além de um trabalho de conscientização do empresariado nas regiões, como a SECEC já anunciou a intenção de fazer, são necessárias ações voltadas também para os contadores das empresas[[12]](#footnote-13), que poderiam estimular a utilização, e em geral não o fazem, com receio de aumentarem a fiscalização sobre os seus lucros. Como uma solução, o município de Nova Friburgo está discutindo, em seu Conselho, a criação de uma Lei Municipal de Incentivo à Cultura, em Nova Friburgo.
* **Região Centro-Norte Fluminense**: O ex-deputado estadual Wanderson Nogueira frisou que lideranças de diversos municípios serranos reivindicam a criação dessa nova região, em função das suas características culturais, geográficas e socioeconômicas. Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro **–** FIRJAN[[13]](#footnote-14), os municípios que compõem essa região sociocultural são Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro e Trajano de Moraes.

1. Não foi possível identificar todos os nomes constantes na lista de presença. Igualmente para os endereços eletrônicos. [↑](#footnote-ref-2)
2. Os assuntos foram resumidos conforme a capacidade de registro manual da assessoria técnica durante o encontro. Observada esta limitação, alguns assuntos não foram totalmente registrados e estão dispostos conforme a ordem de apresentação no encontro. Quando ocorrer mais de uma citação ou abordagem, elas foram agregadas, conservando os pontos divergentes. [↑](#footnote-ref-3)
3. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/f4cef7c6dc090da6832581220062a862?OpenDocument&Highlight=0,Wanderson,Nogueira> . Acesso em 02 jun, 2019. [↑](#footnote-ref-4)
4. A casa foi criada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1965,em homenagem ao sociólogo, repórter, historiador, escritor e engenheiro Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, que nasceu em uma fazenda no distrito do município de Cantagalo que hoje se chama Euclidelândia. [↑](#footnote-ref-5)
5. Nos últimos anos, seja pela crise financeira, ou por outros motivos, a SECEC não promoveu mais o Edital/Prêmio de Mestres das Culturas Populares. Vale salientar que a Lei 7035/2015, indica claramente que essa é um dos financiamentos que têm que ser contínuos. [↑](#footnote-ref-6)
6. Não foi informado se era/m um/ns projeto/s de alguma municipalidade, regional, estadual ou federal. Mas a Assessoria Técnica optou por deixar a informação no presente relatório para que a Comissão e os próprios participantes da Audiência Pública tenham ideia das necessidades e baixo custo do apoio a essa manifestação tão representativa não só da Região Serrana, mas presente ainda nas regiões Metropolitana I, II e III, Centro-Sul, Médio-Paraíba, Baixada- Litorânea, Norte e Noroeste, ou seja, ocorre em quase todo o Estado do Rio de Janeiro. [↑](#footnote-ref-7)
7. Mais informações sobre o SNC no Portal do Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura. Disponível em http://portalsnc.cultura.gov.br/ . Acesso em 02 jun, 2019. [↑](#footnote-ref-8)
8. Sobre o PNC, Lei 12343/2010, ver no acima citado portal. Disponível em <http://pnc.cultura.gov.br/>. Acesso em 02 jun, 2019. [↑](#footnote-ref-9)
9. A citada carta será entregue aos deputados estaduais e deputada membros da Comissão como anexo do presente relatório. [↑](#footnote-ref-10)
10. Foi citado que empresas nessas escalas e que podem ter ICMS a ser pago da ordem de até R$ 10.000,00 (dez mil reais) poderiam utilizar a lei, beneficiando, por exemplo, grupos de Folias de Reis em suas jornadas ou outras ações culturais comunitárias ou de baixo custo. [↑](#footnote-ref-11)
11. Foi citado o caso da Cervejaria AMBEV, que tem uma fábrica em Cachoeiras do Macacu, mas que não investe, via renúncia fiscal no município. [↑](#footnote-ref-12)
12. No Encontro de Trabalhadores da Cultura da Região Metropolitana II/Baixada Fluminense, as discussões sobre a Lei do ICMS foram nessa mesma linha e foi sugerida a realização de uma Audiência Pública específica sobre o assunto, focando na democratização e regionalização desse mecanismo. Como sugestão da Assessoria Técnica aos deputados/a da Comissão: que quando da realização da audiência o Conselho Regional de Contabilidade **–** CRC-RJ seja uma das instituições convidadas, objetivando iniciar um processo de sensibilização e aproximação do órgão com o setor cultural. [↑](#footnote-ref-13)
13. Disponível em <https://www.firjan.com.br/publicacao/retratos-regionais.htm> . Acesso em 02 jun, 2016. [↑](#footnote-ref-14)